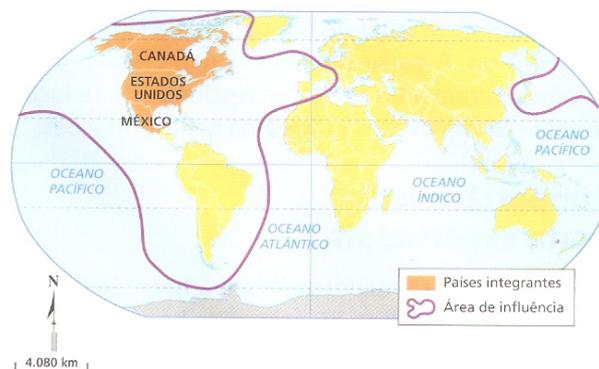

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

Blocos Econômicos II.....	2
NAFTA e Governo Trump	2
APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)	3
Agitação Política na América Latina.....	4
Crise no Paraguai – 2017.....	5
Crise na Venezuela.....	6
Trump e a Saída Do TTP.....	8

Blocos Econômicos II

NAFTA e Governo Trump



Fonte: <http://europa.eu>.

Criado em 1992, EUA, Canadá e México deram os primeiros passos rumo à formação de uma economia supranacional, com a criação do Nafta em 1994. Juntos, formam um mercado de aproximadamente 440 milhões de habitantes e respondem por um PIB de aproximadamente 18,4 trilhões de US\$, em 2014. O acordo prevê a criação de uma zona de livre comércio, na qual a abolição total das tarifas aduaneiras (de importação) devia ter sido colocada em prática em 2015, evento prorrogado, e que em tempos de Donald Trump, poderá inclusive deixar de existir. Entretanto, uma grande quantidade de produtos já circula livremente entre os três países, sem nenhuma taxaço.

Como não existe a perspectiva de formação de um mercado único nos moldes da União Europeia, a grande diferença socioeconômica entre o México e os outros dois países do Nafta trouxe vários problemas para a sociedade e a economia mexicanas, e também para trabalhadores norte-americanos e canadenses.

A questão da disparidade em termos socioeconômicos na UE foi resolvida gradativamente, à medida que foram direcionados investimentos das economias mais vigorosas da UE (Alemanha, França e Reino Unido) para os países menos desenvolvidos do bloco. Isso não ocorrerá com o Nafta em relação ao México. No Nafta, vigora apenas o objetivo da livre circulação de mercadorias, e desde a sua implantação, muitas empresas dos EUA instalaram-se no México, atraídas pela mão-de-obra bem mais barata e pela legislação trabalhista mais flexível. Em razão disso, no setor industrial norte-americano, milhares de postos de trabalho foram fechados.

Apesar de ter ocorrido uma ampliação das exportações mexicanas, a dependência da economia mexicana em relação à dos Estados Unidos é muito grande – cerca de 85% das exportações do México vão para os Estados Unidos e 68% das importações são provenientes desse país.

O Nafta não trouxe avanços tecnológicos significativos para o México, pois muitas das novas indústrias que se instalaram são apenas montadoras, chamadas de maquiladoras. Na agricultura mexicana, os impactos sociais foram sensivelmente negativos, os cultivadores de trigo, batata e arroz, passaram a sofrer a forte concorrência dos norte-americanos, tecnologicamente mais bem preparados e fortemente amparados pelos subsídios do governo norte-americano. É inegável que a economia mexicana cresceu em pouco mais de uma década de livre comércio. O PIB mexicano cresceu bastante com os investimentos norte-americanos no país, porém, a economia mexicana torna-se cada vez mais dependentes das grandes empresas norte-americanas.

APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)

Em 1989, foi fundada a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico – APEC. Com sede em Cingapura, o bloco é composto por 20 membros banhados pelo Pacífico e por Hong Kong (região administrada pela China). Esse bloco engloba diversas economias asiáticas, americanas e da Oceania e, atualmente, é integrado por 21 países: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua--Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos da América e Vietnã.



Com o tempo, a associação pretende instalar uma zona de livre comércio entre seus membros. Foi estabelecido o ano de 2010 para o início da livre circulação de mercadorias e de capitais entre os países desenvolvidos do bloco e o ano de 2020 para sua liberalização entre as nações em desenvolvimento.

Apesar da crescente interdependência econômica dos países do Pacífico Asiático sob a hegemonia das grandes corporações japonesas, é muito difícil estabelecer uma integração semelhante à da União Europeia, ou mesmo à do Nafta, por causa das disputas comerciais entre as três principais lideranças do bloco – Estados Unidos, Japão e China.

MERCOSUL E AGITAÇÕES POLÍTICAS NO PARAGUAI E NA VENEZUELA



O Mercado Comum do Sul surgiu da conjunção de circunstâncias políticas e econômicas do contexto interno e externo que conduziram à aproximação de Brasil e Argentina, e redirecionou as relações entre esses países, até então caracterizadas pela tradição de rivalidade. O Mercado Comum do Sul começou a se formar em 1985, nos governos de Raul Alfonsín (Argentina) e José Sarney (Brasil), quando os dois se encontram e assinam a ATA DE IGUAÇU. Em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que ampliou para quatro o número de países participantes, incluindo o Paraguai e Uruguai.

Esse tratado estabeleceu duas metas bases no processo de consolidação eliminando as barreiras alfandegárias para a circulação de mercadorias no interior do bloco. A segunda foi a formação de uma união alfandegária entre os membros com a adoção de uma tarifa externa comum. Essa tarifa externa comum é usada pelos países-membros sobre o produto importados de países fora do Mercosul ou de outros blocos econômicos.

Em 1996, o Mercosul deu o seu primeiro passo para uma possível ampliação na integração dos países do Cone Sul; foi o acordo com o Chile e a Bolívia formando parcerias comerciais. Este foi um importante passo no alargamento das relações comerciais do bloco. A entrada da Venezuela como país-membro, fortaleceu o bloco, pois ela representa, em primeiro lugar, uma potência energética, possuindo a maior reserva de petróleo e gás natural da América do Sul e segundo a Venezuela está estrategicamente próxima dos países da América Central, México e EUA.

Em 1999, passando apenas quatro anos da entrada em funcionamento do bloco, começaram a surgir graves divergências entre Brasil e Argentina, os mais importantes membros do Mercosul. A crise econômica, sobretudo na Argentina, levou algumas tarifas externas comuns a serem suspensas pelos argentinos, e o comércio dentro do bloco apresentou uma queda sensível. No entanto, com a retomada do crescimento econômico nesses países, o comércio intrabloco voltou a crescer, a partir de 2003.

Apesar de para uma enorme quantidade de produtos ainda não vigorar a TEC (Tarifa Externa Comum), que caracteriza de fato uma união aduaneira, o bloco tem tomado iniciativas importantes nas negociações comerciais no âmbito da OMC e com outros blocos, como a UE, que atendam aos interesses comuns dos países do Mercosul, além de alianças com outros países sul-americanos. Um exemplo foi o acordo assinado em 2007 com Israel para a formação de uma zona de livre comércio. O acordo prevê para 2017 que 95% das exportações Mercosul para Israel e 87% das importações tenham imposto zero.

Agitação Política na América Latina

O presidente paraguaio Fernando Lugo sofreu um impeachment “relâmpago” em junho de 2012, após quatro anos de mandato. Eleito como um mandatário de esquerda, sua deposição foi considerada um golpe por lideranças de diversos países e provocou a suspensão da participação do Paraguai no Mercosul, pelos governos de Brasil, Argentina e Uruguai. Lugo é um sociólogo e ex-bispo católico, ligado à Teologia da Libertação, vertente que vinculava o trabalho religioso à ação de movimentos sindicais e sociais – como as de defesa da reforma agrária. Ele governava, desde 2008, em uma coligação de partidos com diferentes visões políticas.

Lugo foi o primeiro presidente de esquerda do Paraguai e interrompeu uma hegemonia de 61 anos no poder do conservador Partido Colorado. Despertou expectativa dos movimentos sociais, mas atuou como governante moderado. No fim, não conseguiu conciliar a ampla gama de interesses de seus apoiadores e governava sem maioria na Câmara e no Senado.

Sua expulsão da Presidência se deu, formalmente, em apenas um dia. Ele só teve 16 horas para se defender das acusações genéricas feitas pela oposição. O motivo apresentado para o impeachment foi a morte de 17 pessoas, entre sem-terra e policiais, na reintegração de posse de uma fazenda. Mas o fator decisivo para sua destituição foi a perda de do Partido Liberal Radical Autêntico, de seu vice-presidente, Frederico Franco, que assumiu o poder no país.



Fonte: Revista Atualidades, 2012 – 2º Semestre p.60.

Crise no Paraguai – 2017

A aprovação no Senado de uma emenda que permite a reeleição do presidente Horácio Cartes em 2018 impulsionou uma intensa crise política no país em abril de 2017. Para os opositores do governo conservador, a reeleição fragilizaria as instituições democráticas.

Cerca de mil paraguaios se revoltaram com a aprovação da mudança na constituição, feita a portas fechadas em uma votação surpresa, e chegaram a invadir o Congresso, no centro histórico de Assunção, aos gritos de “ditadura nunca mais”.

A Constituinte paraguaia de 1992 proíbe a reeleição do presidente e de seus familiares até o quarto grau de parentesco e segundo de afinidade. A Carta anterior, vigente durante a ditadura de Alfredo Stroessner, admitia a reeleição indefinida.

Para dispersar os manifestantes, as forças de segurança utilizaram balas de borracha, canhões de água e bombas de gás lacrimogênio. Um grupo colocou fogo no salão principal do Congresso enquanto outro se dispersou pelo centro da cidade e montou barricadas. Houve confronto com a polícia em vários pontos.



Horácio Cartes, presidente do Paraguai.

Para muitos pesquisadores, essa “manobra” inesperada acaba provocando a desconfiança de uma tentativa de se manter no poder. Uma emenda constitucional permitindo a reeleição de um chefe do Executivo, normalmente, tem que ser muito debatida e não pode ser feita “correndo”. Uma proposta de emenda à Constituição, como ela configura a lei máxima do Estado, como ela é o ápice do Estado, ela só pode ser alterada por processos muito solenes, com quóruns normalmente muito qualificados.

Como uma democracia recente, o Paraguai vem enfrentando uma série de mudanças. Em 2012, o então presidente Fernando Lugo, do Frente Gasú, sofreu também um rápido processo de impeachment, que o tirou do poder em poucos dias. Para seu lugar, foi eleito o atual mandatário da nação, o conservador Horacio Cartes.

No entanto, agora, os dois partidos apoiam a medida de mudança de lei – que acabaria beneficiando tanto Cartes como Lugo nas eleições do ano que vem. E essa união poderá fazer com que a polêmica medida seja aprovada na Câmara dos Deputados, na próxima etapa da votação, em que Cartes conta com a maioria mais o apoio do Frente Gasú. A partir daí, o presidente poderá convocar um referendo sobre o tema.

Atualmente, a inesperada crise no Paraguai se uniu a outra mais longa, a da crise na Venezuela durante o governo de Nicolás Maduro. As constantes tensões entre o bloco e os venezuelanos surgiram, principalmente, desde o ano passado, quando os governos de Argentina, Brasil e Uruguai ficaram mais à direita.

Crise na Venezuela

Fazer compras em um supermercado na Venezuela atualmente representa um duplo desafio. Primeiro, porque é bastante raro encontrar itens básicos como pasta de dente ou farinha. Por sua vez, quando as prateleiras são abastecidas, a hiperinflação é tão feroz que corrói o valor dos bolívares, a moeda local, impossibilitando a compra de alimentos como carne ou frango. Também não é fácil encontrar remédios, especialmente para doenças como hipertensão ou diabetes. Estas são apenas algumas das consequências mais visíveis da pior crise econômica já enfrentada pelo país.



Em meio a esse caos econômico, a política venezuelana não traz qualquer sinal de que a situação possa ser revertida no curto prazo. O governo do presidente Nicolás Maduro, de quem deveria partir as iniciativas de estímulo econômico, encontra-se praticamente paralisado. Em um quadro de extrema polarização política, situação e oposição estão literalmente em pé de guerra. Protestos e confrontos envolvendo partidários dos dois campos são frequentes. A disputa se radicalizou ainda mais a partir da iniciativa da oposição de convocar um referendo revogatório – a Constituição venezuelana dispõe de um mecanismo de consulta popular para decidir se o presidente deve completar ou não o seu mandato.

O cenário é desolador em um país que, na década passada, durante o auge do governo de Hugo Chávez, obteve importantes avanços sociais e conseguiu reduzir significativamente a desigualdade. Agora, o governo assiste passivamente ao retrocesso nessas importantes conquistas e à acentuada queda no padrão de vida da população. Dona das maiores reservas mundiais de petróleo, a Venezuela foi controlada durante a maior parte do século XX por grupos oligárquicos que se apoderaram do Estado e dos recursos provenientes da exportação do produto, o que gerou uma enorme concentração de renda. Em 1992, em meio a um cenário de convulsão social, uma tentativa fracassada de golpe de Estado levou diversos militares para a cadeia. Entre eles estava o coronel Hugo Chávez, que despontou como uma importante liderança na defesa de um projeto de soberania nacional. Esse prestígio foi fundamental para a eleição de Chávez como presidente em 1998. No poder, Chávez colocou em prática o que chamou de “Revolução Bolivariana”, em referência a Simón Bolívar (1783-1830),

herói da independência na América do Sul. Entre as medidas de maior impacto de sua gestão, destacam-se a regulamentação da reforma agrária, o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, a PDVSA, restringindo a participação de multinacionais na exploração, e a estatização de setores considerados estratégicos na economia, como energia elétrica e telecomunicações.

Na área social, ampliou o acesso à saúde, à educação e à habitação para as camadas mais pobres. Essas ações, somadas a uma ampla rede de proteção, que garantiu comida, medicamentos e itens básicos por meio de subsídios e controle de preços, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza de 49% para 27% da população, entre 1999 e 2012. Nesse período, a renda *per capita* saltou de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano. A Venezuela tornou-se o país menos desigual da América Latina. Boa parte desses avanços foi financiada com a bonança do petróleo, cujo valor atingira preços recordes no período. As receitas com as exportações do produto também foram fundamentais para que a Venezuela projetasse sua influência internacionalmente, liderando um conjunto de países na América Latina que compartilhava valores em comum, como a proposta estatizante da economia e a oposição à ingerência dos Estados Unidos (EUA) na região. Bolívia, Equador, Nicarágua e Cuba gravitaram durante muitos anos sob a órbita venezuelana, no chamado “bloco bolivariano”.

Mas as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder. Respalado por uma bancada favorável no Congresso, Chávez conseguiu aprovar leis que fortaleceram o Poder Executivo e permitiram a reeleição por tempo indeterminado. Além disso, foi acusado de cooptar o Judiciário para ratificar suas medidas e perseguir a oposição. Embora não seja caracterizada como uma ditadura, já que havia eleições livres e justas, a Venezuela tampouco poderia ser considerada uma democracia plena.

A morte de Chávez em março de 2013, vítima de um câncer na região pélvica, comoveu a população, que parecia antever as nuvens mais carregadas que se aproximavam. É verdade que, nos últimos anos do governo Chávez, a economia do país já dava sinais de declínio, mas o contexto econômico e político que se seguiu à sua morte agravaram o quadro.



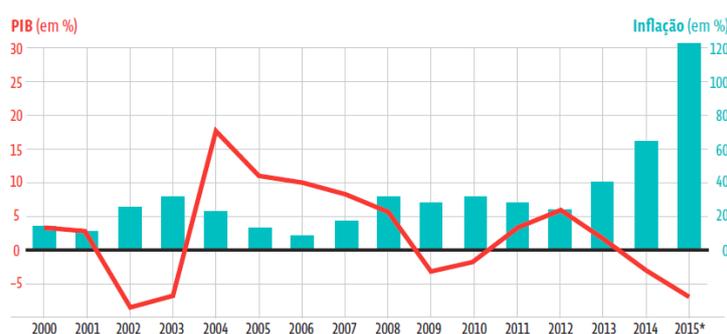
No mês seguinte à morte de Chávez, seu vice, Nicolás Maduro, foi eleito para um mandato presidencial de seis anos, derrotando Henrique Capriles, o principal nome da oposição. O primeiro ano de seu mandato foi tenso. Foi nesse período que a inflação disparou e o desabastecimento tornou-se mais frequente. Em fevereiro de 2014, os protestos contra o governo se espalharam em diversas cidades, ocasionando 42 mortes. Acusados de incitar um golpe, diversos políticos da oposição foram presos. Consolidava-se, assim, o quadro de polarização política que atualmente paralisa o país.

Mas como a Venezuela pôde regredir tanto em questão de poucos anos? A resposta não é simples, mas é possível apontar alguns dos aspectos mais decisivos na falha da condução econômica. A razão mais evidente é que a Venezuela é extremamente dependente do petróleo, responsável por 96% de suas receitas com exportação. Se em 2008, durante o auge do chavismo, o barril chegou a superar os 120 dólares, desde então seu valor vem caindo, mantendo-se, desde 2014, abaixo dos 50 dólares. Sem essa fonte de recursos, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Em uma economia mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo. Uma outra ação tomada desde o período do governo Chávez impediu o desenvolvimento de um setor empresarial mais dinâmico: o controle de preços.

Adotado inicialmente como medida paliativa para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou por muitos anos sem resolver o problema. Pior: a medida acabou desestimulando os investimentos da iniciativa privada, uma vez que, em muitas situações, os itens acabavam sendo vendidos a preços inferiores ao custo de produção. Conseqüentemente, os produtos sumiram das prateleiras, gerando a atual crise de abastecimento. O controle do Estado sobre o câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo inicial de impedir a fuga de dólares do país e controlar a inflação, também desestruturou a economia. Esse complexo sistema funciona assim: o governo mantém duas taxas de câmbio, uma delas com a cotação do dólar mais barata para ser utilizada apenas na importação de insumos de primeira necessidade. O problema é que boa parte desses dólares é desviada ilegalmente por militares e membros do governo, que os revendem no mercado paralelo, cuja cotação chega a ser 100 vezes maior que o câmbio oficial.

Essa medida não apenas alimenta a corrupção, como provoca uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para as importações e para os investimentos do setor produtivo, agravando o problema de abastecimento. Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os EUA, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma “ameaça à segurança nacional e à política externa” do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os EUA pressionar investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO E DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NA VENEZUELA (2000-2015)



Fonte: Banco Mundial.

Trump e a Saída Do TTP



As negociações sobre o Acordo de Parceria Transpácífica (TPP) foram concluídas em 5 de outubro de 2015, em Atlanta, nos Estados Unidos. Este acordo reunia 12 países: a Austrália, o Canadá, o Chile, a Nova Zelândia, Singapura, o Brunei, a Malásia, o Japão, o México, o Peru e os Estados Unidos. Localizados em áreas estratégicas de cada lado do Pacífico, com uma população de um bilhão de pessoas, estes países representam 25% das exportações mundiais e 40% do produto interno do PIB mundial.

É o mais vasto tratado de comércio da História da humanidade. As negociações desenvolveram-se no mais absoluto sigilo nos últimos cinco anos, embora após a chegada de Barack Obama ao poder tenham sido encaradas com o objetivo de aumentar o poder econômico dos grandes consórcios norte-americanos.

Ainda durante a campanha presidencial, Trump identificou como uma das fragilidades econômicas do país as relações comerciais com o resto do mundo. Segundo o novo presidente, sua gestão dará prioridade a acordos bilaterais “justos”, em vez de blocos econômicos, com o objetivo de levar de volta aos EUA empregos e indústrias. Por isso, não foi nenhuma surpresa que uma das primeiras ações de Trump como presidente tenha sido a assinatura de um decreto que retira o país do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP, na sigla em inglês).

Criado em fevereiro de 2016, o TPP nasceu para se tornar a maior área de livre-comércio do mundo, abrangendo 12 nações com uma população somada de 800 milhões de pessoas e responsáveis por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Entre seus membros estavam duas das três maiores economias do mundo – EUA e Japão.

Com uma canetada, Trump retirou os EUA do TPP e praticamente inviabilizou o acordo, que terá dificuldades para ser levado adiante sem a presença norte-americana. Dessa forma, Trump desferiu o maior golpe contra o livre-comércio até agora, sepultando um tratado que iria diminuir ou até mesmo eliminar cerca de 18 mil tarifas de importação, abrangendo de commodities agrícolas até bens industrializados.

A China tem buscado promover sua própria versão de um pacto comercial da Ásia-Pacífico, chamado de Parceria Abrangente Econômica Regional (RCEP, na sigla em inglês), que exclui os Estados Unidos e cria uma área de livre comércio de 16 nações, incluindo a Índia, o maior bloco do mundo nesse âmbito, abrangendo 3,4 bilhões de pessoas. Trata-se de um acordo comercial mais tradicional, que envolve cortar tarifas em vez de abrir economias e estabelecer padrões trabalhistas e ambientais como o TPP faria.

Exercícios

- 01.** O Mercosul continua em crise pela passagem da presidência rotativa do bloco. A reunião de seus sócios fundadores, realizada nesta quinta-feira (04.08.2016) em sua sede de Montevideu, terminou sem qualquer avanço ou consenso. A reunião permitiu a “constatação de que não houve consenso em torno do tema da presidência pro tempore”, disse o vice-chanceler paraguaio a jornalistas depois do encontro. A crise no Mercosul prolonga-se desde junho, sem sinal de solução. Na última sexta (29.07.2016), o Uruguai deu por encerrada sua gestão na presidência rotativa, sem anunciar a transferência do posto a qualquer um dos sócios do bloco.

(G1, 04.08.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/NBZQux>>. Adaptado)

A principal motivação para essa crise é

- a)** o reconhecimento pleno do governo de Michel Temer pelos países do bloco, à exceção da Argentina, em que um governo de extrema esquerda se recusa a conversar com o Brasil.
- b)** a ótima situação econômica de todos os países do bloco, o que desestimula a realização de acordos econômicos e dificulta a negociação política entre eles.
- c)** a discordância acerca do cronograma de implantação de um dos objetivos do bloco, a eliminação das fronteiras nacionais em relação à circulação de pessoas e mercadorias.
- d)** a oposição que Brasil, Paraguai e Argentina fazem à Venezuela na presidência do bloco, devido à instabilidade política deste país.
- e)** a divergência em relação ao tratado de livre comércio do bloco com os EUA, em estágio avançado de negociação, o que tem impactado a tomada de decisão pelos países.

Gabarito

01 - D